



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

### CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	31.011	4.009
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	92.661	57.760
Títulos e valores mobiliários	5	1.166	287
Impostos e contribuições a recuperar	6	24.901	16.312
Despesas pagas antecipadamente		17	-
Outros ativos circulantes		385	426
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>150.141</b>	<b>78.794</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	-	11.730
Impostos e contribuições a recuperar	6	77	238
Partes relacionadas	19	-	586
Dividendos a receber		1.326	1.238
Juros sobre capital próprio a receber		-	126
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	4.526	713
Investimentos		2.071	6.887
Investimentos em partes relacionadas	8	1.513	6.334
Outros investimentos		558	553
Imobilizado	9	1.077	1.071
Intangível	10	862	461
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.939</b>	<b>23.050</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>160.080</b>	<b>101.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A NC Energia em 2012 registrou resultado operacional de R\$ 53 milhões. O lucro líquido em 2012 foi de R\$ 32 milhões. O EBITDA em 2011 foi de R\$ 7,0 milhões.

A NC Energia S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, ao Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os

PASSIVO	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	66.489	45.627
Outros ativos e passivos circulantes		1.264	861
Salários e encargos a pagar	12	1.264	861
Impostos e contribuições a recolher	13	22.722	9.707
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	36.836	29.253
Outros passivos circulantes		94	96
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>127.405</b>	<b>85.544</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisões	15	1	-
Partes relacionadas	19	1.269	1.238
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.270</b>	<b>1.238</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16</b>		
Capital social		13.600	13.600
Reservas de lucro		2.720	1.462
Outros resultados abrangentes		(7.663)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicional		22.748	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>31.405</b>	<b>15.062</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>160.080</b>	<b>101.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1 Informações Gerais

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/12/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

## 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

**2.1. Bases de apresentação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE, ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e realização de impostos e contribuições sociais diferidos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e compra de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

**2.3. Reconhecimento de receita**  
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

**a) Receita não faturada**  
Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**b) Receita de juros**  
A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os valores de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**  
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados à item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

**2.5. Instrumentos financeiros**  
As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar as mudanças das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando o de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

**2.5. Imposto sobre vendas**  
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**2.6. Instrumentos financeiros**  
**a) Ativos financeiros**  
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e outros.

**a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**  
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

**a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**  
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia transferiu o risco de perda substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**a) Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros da Companhia são classificados como outros passivos financeiros, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar empréstimos, financiamentos e debêntures.

**b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**  
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

**b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**  
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**2.7. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

**2.8. Contas a receber de clientes e outros**  
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

**2.9. Títulos e valores mobiliários**  
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente às datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

**2.10. Outros investimentos**  
Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.11. Imobilizado**  
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a partir do custo de aquisição e considerada a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício em períodos subsequentes.

**2.12. Intangível**  
Compreende o direito de licença de uso de software e manutenção de sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**2.13. Distribuição de dividendos**  
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 35 (R1) IAS 27. Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.14. Demais direitos e obrigações**  
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

**2.15. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

**2.16. Novos pronunciamentos contábeis**  
**2.16.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**  
Os procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º/12/2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evolução - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.16.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB**  
Em junho de 2012 a International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações Conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

**2.15. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

**2.16. Novos pronunciamentos contábeis**  
**2.16.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**  
Os procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º/12/2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evolução - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.16.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB**  
Em junho de 2012 a International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações Conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## 3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	218	50
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	30.793	3.959
	<b>31.011</b>	<b>4.009</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissais, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

## 4 Contas a Receber de Clientes e Outros

Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores		
Títulos a receber	83.492	59.620
Comercialização de energia na CCEE	(a)	21.448
Disponibilização do sistema de distribuição	-	-
Serviços prestados a terceiros	152	152
Serviços taxados e administrativos	-	-
Subvenção à baixa renda - tarifa social	-	-
Outros créditos	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(12.431)
<b>Total</b>	<b>92.661</b>	<b>69.490</b>
Circulante	92.661	57.760
Não circulante	-	11.730

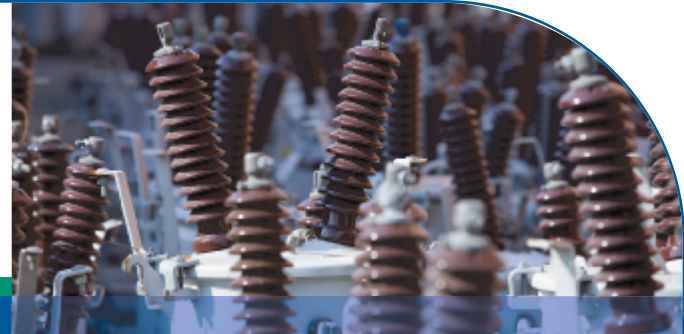
(a) Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma. O montante registrado na rubrica Comercialização de Energia na CCEE, inclui o valor de R\$ 11.730 registrado no ativo não circulante, que corresponde a um direito de crédito para a Companhia gerado após conclusão dos trabalhos da auditoria da liquidação do MAE sobre as operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadista de Energia - MAE, à época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003.

(b) A Companhia registrou provisão de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 11.730 referente à liquidação do MAE.

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber, é como segue:

Setor privado	Vencimentos		Total		PCLD	
	Saldos vencidos	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Total	73.698	9.794	83.492	59.620	(12.431)	(2.096)

(\*) Correspondem às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.



→ Continuação

**b) Informações sobre as investidas**

Em 31 de dezembro de 2012		
Participação no capital	9,35%	
Patrimônio líquido	16.888	
Lucro do exercício	3.648	
<b>Total dos ativos</b>	<b>23.572</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	2.925	
Em 31 de dezembro de 2011		
Participação no capital	99,00%	
Patrimônio líquido	6.397	
Lucro do exercício	3.603	
<b>Total dos ativos</b>	<b>17.883</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	3.567	

**9 Imobilizado**

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/12			31/12/11		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	1.021	(276)	745	786	
Máquinas e equipamentos	4,06	678	(601)	77	120	
Veículos	14,3	142	(119)	23	39	
Móveis e utensílios	6,3	228	(197)	31	52	
<b>Total</b>		<b>2.069</b>	<b>(1.193)</b>	<b>876</b>	<b>997</b>	
<b>Em curso</b>						
Máquinas e equipamentos		44	-	44	74	
Veículos		157	-	157		
<b>Total</b>		<b>201</b>		<b>201</b>	<b>74</b>	
<b>Total</b>		<b>2.270</b>	<b>(1.193)</b>	<b>1.077</b>	<b>1.071</b>	

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>2.056</b>	<b>(1.059)</b>	<b>74</b>	<b>202</b>	<b>74</b>	<b>1.071</b>
Adições	-	-	202	202	202	
Baixas	-	-	(62)	(62)	(62)	
Depreciação	-	(134)	(134)	-	-	(134)
Transferências	13	-	13	(13)	(13)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.069</b>	<b>(1.193)</b>	<b>876</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>1.077</b>

**10 Intangível**

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	31/12/12			31/12/11		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Direito de uso de software	20	1.108	(798)	310	461	
<b>Em curso</b>						
Direito de uso de software		552	-	552	-	
<b>Total</b>		<b>1.660</b>	<b>(798)</b>	<b>862</b>	<b>461</b>	

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.108</b>	<b>(647)</b>	<b>461</b>	-	-	<b>461</b>
Adições	-	-	151	552	552	
Amortizações	-	(151)	(151)	-	-	(151)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.108</b>	<b>(798)</b>	<b>310</b>	<b>552</b>	<b>552</b>	<b>862</b>

**11 Fornecedores**

	31/12/12	31/12/11
<b>Fornecedores</b>	<b>66.489</b>	<b>40.719</b>
Energia elétrica:		
Terceiros	66.215	39.667
Partes relacionadas	274	1.052
Encargos de uso da rede	-	2.833
Terceiros	-	2.833
Materiais e serviços	-	2.075
Terceiros	-	2.041
Partes relacionadas	34	34
<b>Total</b>	<b>66.489</b>	<b>45.627</b>
Circulante	66.489	45.627

**12 Salários e Encargos a Pagar**

	31/12/12	31/12/11
<b>Salários</b>	<b>93</b>	<b>16</b>
Encargos sociais	269	242
Provisões férias e 13º salário	-	83
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	902	520
Provisão PLR	1.264	861
<b>Total</b>	<b>2.468</b>	<b>1.622</b>

**13 Impostos e Contribuições a Recolher**

	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>	<b>13.141</b>	<b>1.087</b>
Imposto de Renda - IR	4.719	419
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.761	6.416
Programa de Integração Social - PIS	143	295
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	722	1.367
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	172	89
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	7	7
Parcelamento de tributos	83	2
Outros	32	32
<b>Total</b>	<b>22.748</b>	<b>9.707</b>

**14 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor	Valor por ação
<b>2012</b>			
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	509	0,0374409
<b>2011</b>			
AGO/E de 9 de setembro de 2011	Dividendos de 2010	29.239	2,149945460
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	664	0,048823529
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	664	0,048823529
RCA de 29 de agosto de 2011	JSCP	5.911	0,434640866
RCA de 30 de setembro de 2011	Dividendos intermediários 2011	225	0,016544118
		<b>36.705</b>	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios e propostos é como segue:

	31/12/12	31/12/11
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>31.598</b>	<b>6.206</b>
Lucro líquido do exercício	31.598	6.206
Constituição da reserva legal	(1.258)	-
Base de cálculo do dividendo	30.330	6.206
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>7.583</b>	<b>1.552</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Juros sobre capital próprio	509	-
Dividendos propostos	7.074	-
<b>Total Bruto</b>	<b>7.583</b>	<b>-</b>

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	29.253
Declarados	509
Propostos	7.074
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>36.836</b>

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **NC Energia S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Pricewaterhouse Coopers, aprovamos os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2013

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

Gonzalo Pérez Fernández

Vice-Presidente

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho

Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco

Eduardo Capelastegui Saiz

André Luis Dantas Furtado

Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

**DIRETORIA**

Paulo César Fernandes da Cunha

Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora de Planejamento e Controle e de Regulação

**CONTADORA**

Claudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG - 068369/0-0-T-RJ

**15 Provisões Passivas**

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

Contingências fiscais	Ref. (a)	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
ICMS		1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	1
CSLL		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ		42	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		686	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
<b>Total</b>		<b>734</b>			<b>1</b>	<b>1</b>

(a) valor refere-se a ação com pedido de antecipação de tutela para autorização da emissão de notas fiscais eletrônicas.

**16 Patrimônio Líquido**

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 13.600 e está representado por ações sem valor nominal como segue:

Acionistas	Nº de ações (Em mil)	
	Única	%
Neoenergia	13.600	100,00
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	<b>100,00</b>

Acionistas	R\$ em Mil	
	Única	%
Neoenergia	13.600	100,00
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	<b>100,00</b>

**Reserva Legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Em 2012 a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1.258 atingindo esse limite.

**17 Receita Líquida**

	Ref.	Acumulado	
		31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia		819.085	563.519
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		21.515	-
Outras receitas		205	117
<b>Total receita bruta</b>		<b>840.805</b>	<b>563.636</b>
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(145.930)	(105.418)
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>694.875</b>	<b>458.218</b>

(a) Deduções da receita bruta:

**IMPOSTOS:**

	Ref.	Acumulado	
		31/12/12	31/12/11
ICMS		(76.854)	(58.423)
PIS		(12.447)	(8.382)
COFINS		(56.614)	(38.607)
ISS		(15)	(6)
<b>Total</b>		<b>(145.930)</b>	<b>(105.418)</b>

**18 Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref. (a)	Acumulado	
		31/12/12	31/12/11
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(6.434)</b>	<b>(5.766)</b>
<b>Despesas com vendas</b>		<b>-</b>	<b>(4)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(6.434)</b>	<b>(5.766)</b>
<b>Total</b>		<b>(6.434)</b>	<b>(5.766)</b>

	Ref. (a)	Acumulado	
		31/12/12	31/12/11
Pessoal		-	-
Administradores		-	(4)
Entidade de previdência privada	(255)	-	(255)
Material	(9)	-	(9)
Serviços de terceiros	(2.328)	-	(15)
Energia elétrica comprada para revenda	(635.034)	-	(635.034)
Depreciação e amortização	(285)	-	(285)
Arendamentos e alugueis	(418)	-	(418)
Tributos	(55)	-	(55)
Provisões líquidas - PCLD	-	(10.335)	(10.335)
Perdas conta a receber/consumidores	-	-	(3.727)
Provisões líquidas - Contingências	-	-	-
Outros	(765)	-	(99)
<b>Total custos/despesas</b>	<b>(645.583)</b>	<b>(10.335)</b>	<b>(118)</b>

**19 Saldos e Transações com Partes Relacionadas**

Empresas	Natureza de operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	Energia fornecida	2.104	-	12.822	1.865	-	14.828
	Prestação de serviço	-	-	-	-	2	-
		<b>2.104</b>		<b>12.822</b>	<b>1.865</b>		<b>14.828</b>
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	98	-	-	-	-	-
		<b>98</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
COSEERN	Debêntures - Aplicação/Emissão	15	-	-	-	-	-
		<b>15</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
TERMOPERNAMBUCO	Energia fornecida	18.209	-	128.727	7.858	-	30.184
		<b>18.209</b>		<b>128.727</b>	<b>7.858</b>		<b>30.184</b>
ITAPEBI	Energia fornecida	429	-	5.196	737	-	66.869
	Debêntures - Aplicação/Emissão	153	-	-			